

## ECONOMIA

QUINTA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 1994

VALDIR CAMPOS COSTA

## "Estatização" da arrecadação

Nos últimos anos, empresários e governantes discutem qual o real papel de cada setor na sociedade. Não é raro a troca de acusações relativas à omissão de cada uma das partes, em questões vitais para o bom funcionamento da máquina administrativa. Se nossas indústrias precisam de modernização, o governo necessita da redefinição de suas atribuições. A Reforma Tributária transformou-se em 'clichê político'. Todos foram unânimes em reconhecer: as mudanças nesse segmento são imprescindíveis. Mas, entre técnicos, especuladores e "candidatos" demagogos ou não, pouco se observa a intenção de levar ao conhecimento da população os problemas decorrentes do emaranhado de leis, decretos, atos declaratórios, pareceres normativos, ordens de serviços, enfim, toda a burocracia descartável que atrapalha o processo interpretativo, operacional e do próprio recolhimento de impostos.

À maioria dos contribuintes interessa a redução das alíquotas. Mas, para que isso ocorra, é necessária a ampliação da base onde incidirão os tributos, ou seja, quem não pagava impostos passará a pagar. Será que estas pessoas estão preparadas para assumir esta responsabilidade? Pessoas físicas também terão de dar sua contribuição. Em relação às pessoas jurídicas, a situação não seria tão diferente. Mas, a refor-

ma administrativa, no que diz respeito às empresas, deverá ter maior complexidade, passando pela revisão do número de tributos e suas respectivas alíquotas, sem deixar de lado a burocracia que emperra suas administrações.

### Contabilistas assumem a condição de fiscais da Receita Federal

Hoje, parte fundamental das empresas brasileiras é mantida para prestar serviços de caráter, estritamente oficial. Os contabilistas assumem a condição de fiscais da Receita Federal para evitar maiores problemas aos "patrões".

Além de calcular tributos e fazer recolhimentos, eles "vão para o outro lado", e na posição de auditores do governo, fazem também a conferência e, finalmente, elaboram um sem-número de declarações, guias e cadastros, apontando a quitação ou não. A complexidade deste processo deixa a própria Receita à mercê da inaptidão.

A dificuldade encontrada na execução destas operações unida à desorganização são estímulos à sonegação. E não tenham esta afirmação como expressão de ingenuidade. É claro que existe a sonegação intencional. E a ela devemos destinar os mais rigorosos métodos de combate e punição. Mas é importante reconhecer que parte do dinheiro que deveria ser recolhido pela Receita Federal é barrada nos obstáculos criados por ela própria.

As diferentes datas de vencimento de taxas, impostos e contribuições fazem com que os con-

tabilistas trabalhem em função das responsabilidades fiscais das empresas quase que integralmente. É claro que o cumprimento do compromisso social de uma empresa também faz parte de suas finalidades. Mas há outros interesses que indiretamente vão ao encontro dos anseios populares.

O desenvolvimento de uma empresa é baseado na organização de sua administração. Seja ela produtora de bens ou prestadora de serviços, jamais prescindirá de parâmetros que lhe apontem caminhos a serem percorridos. Daí a importância de um bom acompanhamento da relação entre receitas e custos, a elaboração de um bom orçamento — tudo isso baseado em balanços precisos.

E quem será o responsável pela "gloriosa" missão? Naturalmente, os contabilistas, se estes não estivessem tão envolvidos em funções que não deveriam ser atribuídas a eles. O objetivo destas colocações não é defender esse profissional,

mas não se pode omitir as pressões que são exercidas aos contabilistas, cujo erro — involuntário ou não, no processo tributário — pode levá-lo a responder por crime e até à prisão, conforme o Decreto 982, de 12 de novembro de 1993.

As empresas, que poderiam ampliar sua produção, gerar novos empregos e investimentos no campo social, transformam-se em reféns da desorganização administrativa. Desorganização que permite ainda o abuso do Erário. Estados e municípios, com maior participação na distribuição do dinheiro arrecadado em tributos, empregam os recursos de maneira descontrolada e aleatória. Saúde, educação e transporte nem sempre trazem aos governantes, o "populismo" imediato provocado pela realização de obras faraônicas ou da propaganda política.

É preciso resgatar o Brasil do círculo vicioso que o prende ao subdesenvolvimento. Sonegação, aumento de impostos, recessão, desemprego, miséria, e a decorrente falência da saúde, educação e demais serviços públicos interagem numa mesma cadeia.

A mais "frágil" presa é a sociedade, em todas as esferas. E, por mais paradoxal que possa parecer, somente ela pode reverter a situação, fazendo valer os votos depositados nas urnas em 3 de outubro.

Valdir Campos Costa é diretor responsável da Conspe Auditores e membro do PNBE

